

Atuação no Parlamento

Na terça-feira (09), o diretor legislativo, Luiz Colussi, e o juiz Ronaldo Siandela, da 15ª região e membro da Comissão Legislativa da entidade, compareceram à reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora e em Defesa da Previdência Social realizadas, conjuntamente, no Plenário 14 da Câmara dos Deputados, para tratar das temáticas em questão.

Ainda na terça-feira, os juízes acompanharam, também, a votação dos últimos destaques apostos ao substitutivo aprovado, na semana passada, pela Comissão Especial da Reforma da Previdência. O resumo da votação dos destaques segue anexo. O vice-presidente e presidente eleito, Guilherme Feliciano, esteve em reunião com membros da Frente para discutir sugestões à proposta.

Já no Senado Federal, na mesma data, Feliciano esteve presente no lançamento da campanha da OIT, "50 For Freedom", para pedir que o Brasil ratifique o Protocolo de 2014 sobre trabalho forçado. O juiz também participou de reunião com o atual relator da reforma trabalhista (PLC 38/2017) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), para levar as preocupações da entidade em relação ao texto da proposta. O diretor legislativo, Luiz Colussi, também esteve em reunião com o provável relator do projeto na CCJ, senador Romero Jucá (PMDB/RR), para tratar do assunto.

Na Câmara, ao final do dia, foi ainda realizada mais uma audiência com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), deputado Rodrigo Pacheco (PMDB/MG), para tratar de assuntos de interesse da magistratura do trabalho. Nessa, estiveram o juiz Ronaldo Siandela, o diretor legislativo, Luiz Colussi, e o vice-presidente, Guilherme Feliciano.

Já na quarta-feira (10), o vice-presidente da Anamatra participou como convidado em audiência pública conjunta da CAE e CAS para falar do PLC 38/17. No mesmo dia, juntamente com o juiz Luiz Colussi e Ronaldo Siandela, esteve em reunião com assessores da liderança do governo e Casa Civil indicando os principais artigos prejudiciais à magistratura do trabalho, e aos trabalhadores de forma geral, constantes no texto da reforma trabalhista.

Na quinta-feira, 11, o diretor legislativo, Luiz Colussi, acompanhou a primeira Sessão de Debates Temáticos acerca da Reforma Trabalhista, realizada no Plenário do Senado Federal. Como indicação pela ANAMATRA, falou no debate o jurista e ministro do TST, [Maurício Godinho Delgado](#).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PEC Nº 287-A, DE 2016 – Reforma da Previdência

Dia 09/05/2017, terça-feira, às 09h30, plenário 02

A - Reunião Deliberativa:

I - Continuação da votação dos destaques

B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:

1 - [PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 287/16](#) - do Poder Executivo - que "altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, **para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências**"

RELATOR: Deputado **ARTHUR OLIVEIRA MAIA**.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), pela admissibilidade jurídica e legislativa das emendas oferecidas à PEC em exame, e, no mérito, pela **rejeição das Emendas** nºs 5, 7, 14, 15, 16, 20, 22, 27, 28, 30, 31, 33, 38, 42, 45, 46, 51, 57, **63**, 65, 67, 68, 75, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 92, 95, 100, 102, 118, 124, 135, 138, 145, 146, 150, 157, 160, 163 e 164, pela **aprovação parcial das Emendas** nºs 1, 2, 3, 4, 6, 8, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 29, 32, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 43, 47, 48, 49, 50, 54, 56, 58, 59, **60, 61, 62, 64**, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 86, 89, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 101, 104, 105, 106, 108, 115, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 136, 140, 141, 142, 143, 147, 148 e 151, pela aprovação das Emendas nºs 9, 37, 44, 53 e 55, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, tudo nos termos do substitutivo oferecido em anexo.

Vista conjunta aos Deputados Alessandro Molon, Arnaldo Faria de Sá, Bebeto, Darcísio Perondi, Heitor Schuch, Ivan Valente, Lelo Coimbra, Maia Filho e Pepe Vargas, em 19/04/2017.

Os Deputados Edmilson Rodrigues, Ivan Valente, Jandira Feghali e Pepe Vargas apresentaram votos em separado.

RESULTADO: A Comissão Especial destinada a emitir parecer à PEC 287/2016 finalizou a deliberação dos destaques apostos ao substitutivo aprovado na semana passada. Ao final do processo de votação, **11 destaques foram retirados pelo autor, 10 foram rejeitados e apenas um foi aprovado.**

Segue: Destaque 7, do bloco PTB, PROS, PSL e PRP - Suprime as alterações ao art. 109 da CF, promovidas pelo substitutivo, que dispõem sobre a **competência da Justiça Federal e do Trabalho, no tocante às causas em que a União seja parte e que envolva acidente de trabalho.**

Aprovação por unanimidade, em votação simbólica.

- Destaques de interesse da Anamatra que não foram aprovados: destaques nº 11 e 10.
Anexo: resumo de votação.

TRAMITAÇÕES

[PDC 532/2016](#) - Susta a aplicação da Portaria Interministerial nº 4/2016, que "**dispõe sobre as regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo**".

Andamento: Designado Relator, Dep. Roberto de Lucena (PV-SP), na CTASP.

[PL 6561/2016](#) - Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a arbitragem, para estender sua aplicação aos conflitos individuais e coletivos do trabalho.

Andamento: Designado Relator, Dep. Bohn Gass (PT-RS), na CTASP.

[PL 8295/2014](#) - Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Andamento: designado Relator da Redação Final, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) – 10/05; Apresentação da Redação Final n. 1 CCJC, pelo Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) – 11/05.

[PEC 212/2016](#) - Acrescenta art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir novo regime especial de pagamento de precatórios.

Andamento: ato da Presidência: Constitui Comissão Especial, nos termos § 2º do art. 202 do Regimento Interno.

CONTROLE DE PROPOSIÇÕES

[PL 7596/2017](#)

Autor: Senado Federal - Randolfe Rodrigues - REDE/AP

Data da apresentação: 10/05/2017

Ementa: **Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade** e altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Documento/Proposição de Origem: PLS 85/2017

[PL 7595/2017](#)

Autor: Julio Lopes - PP/RJ

Data da apresentação: 10/05/2017

Ementa: Dispõe sobre o Certificado de Recebíveis Judiciais - CRJ e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 13.105, de 2015.

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

[PL 7586/2017](#)

Autor: Severino Ninho - PSB/PE

Data da apresentação: 10/05/2017

Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a fim de atualizar o valor da multa pelo não depósito do valor devido nas contas vinculadas dos trabalhadores.

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

Dia 11/05/17 - quinta-feira, 9:30 horas - Sessão Temática sobre a Reforma Trabalhista

O Plenário do Senado discutiu, em [sessão temática](#), nessa quinta-feira, o [PLC 38/2017](#), que dispõe sobre a Reforma Trabalhista. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 26/04 e é de autoria do Poder Executivo.

Conforme indicação da Anamatra, participou do debate, entre os demais convidados, o ministro do TST, Maurício Godinho Delgado.

- Leia sobre a fala do ministro [aqui](#).
- Leia mais sobre a sessão temática [aqui](#), e [aqui](#).

CPI DA PREVIDÊNCIA

Dia 08/05/2017, quarta-feira, às 14:30horas – Plenário 19

2ª parte – Deliberativa, após a reunião de audiência pública.

ITEM 1 – Deliberação do **Plano de trabalho** apresentado pelo relator em 3.5.17.

Autoria: Senador Hélio José

Resultado: audiência pública realizada; plano de trabalho apresentado e aprovado (**anexo**).

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Dia 10/05/2017, quarta-feira, às 09 horas – Plenário 09

1ª PARTE - Comparecimento de Ministro

Assunto / Finalidade: Comparecimento do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Sua Excelência o Senhor Ministro **Ives Gandra** da Silva Martins Filho, para discutir a **Reforma Trabalhista**.

Convidados:

- Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho - Presidente do Tribunal Superior do Trabalho;
- **Ronaldo Curado Fleury** - Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho.

2ª PARTE - Audiência Pública Interativa - Assunto / Finalidade: 2ª Audiência Pública do Ciclo de Debates sobre a Proposta de **Reforma Trabalhista**.

Tema: Contrato de Trabalho na Proposta da Reforma Trabalhista.

Convidados:

- **Guilherme Guimarães Feliciano** - Presidente eleito da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra (representante de: Germano Silveira de Siqueira, presidente da Anamatra)
- Peter Poschen - Diretor da Organização Internacional do Trabalho no Brasil - OIT
- José Pastore - Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - USP
- José Reginaldo Inácio - Vice-Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST

Acesse a audiência clicando [aqui](#).



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Dia 10/05/2017, quarta-feira, às 10 horas – plenário 03

ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 28, de 2017 - Não Terminativo - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do **Senhor ORLANDO ROCHADEL MOREIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público**, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procuradoria Geral da República

Relatório: Pronto para deliberação

RESULTADO: aprovado o parecer favorável à escolha do nome do Senhor ORLANDO ROCHADEL MOREIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 20 votos favoráveis.

ITEM 2 - OFICIO "S" Nº 29, de 2017 - Não Terminativo - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor **LAURO MACHADO NOGUEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público**, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procuradoria Geral da República

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pronto para deliberação

RESULTADO: aprovado o parecer favorável à escolha do nome do Senhor LAURO MACHADO NOGUEIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 20 votos favoráveis.

ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 32, de 2017 - Não Terminativo - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor **DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público**, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procuradoria Geral da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação

RESULTADO: aprovado o parecer favorável à escolha do nome do Senhor DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 20 votos favoráveis.

TRAMITAÇÕES

[PLS 314/2015](#) - Altera o artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 e a Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, para dispor sobre a redução e/ou fracionamento de intervalo intrajornada e dá outras providências.

Andamento: Recebido o Relatório da Senadora Rose de Freitas, com voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2015, na CAS. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

[PEC 17/2015](#) - Altera os arts. 94 e 101 da Constituição Federal para aprimorar o processo de escolha dos Magistrados e Ministros do Supremo Tribunal Federal, estabelecendo prazo para sua indicação pela Presidência da República.

Andamento: O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, designa Relatora da matéria a Senadora Ana Amélia

[PLS 87/2010](#) - Dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências.

Andamento: SACAE - Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Econômicos - Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR.

[PLS 110/2016](#) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência.

Andamento: Avocada a Relatoria pela Presidente da Comissão, Senadora Marta Suplicy. (art. 129 do RISF)

[PEC 59/2015](#) - Acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer prazos para a indicação, apreciação e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal e definir como crime de responsabilidade o seu descumprimento.

[PEC 46/2015](#) – Altera os art. 101, 104, 111-A e 123 da Constituição Federal, para estabelecer critérios de nomeação para ministros dos Tribunais Superiores.

Andamento: o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, designa Relatora da matéria a Senadora Ana Amélia. (Tramitam em conjunto as PECs nºs 44 e 58, de 2012; 3 e 50, de 2013; 3, 46 e 55, de 2014; 17, 35, 46, 52 e 59, de 2015.)

[PEC 55/2014](#) - Altera a Constituição Federal para disciplinar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.

Andamento: o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, designa Relatora da matéria a Senadora Ana Amélia

[PLS 447/2011](#) - Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e altera o § 2º do art. 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para **determinar a responsabilização solidária da Administração Pública e da pessoa jurídica tomadora de serviços, com o respectivo prestador, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato**, e, em caso de dolo ou culpa, pelos encargos trabalhistas.

Andamento: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR.

CONTROLE DE PROPOSIÇÕES

[PLS 142/2017](#) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o Contrato de Trabalho Especial do Idoso.

Autor: Senador Fernando Bezerra Coelho

Data: 09/05/2017

[PLS 145/2017](#) - Altera as Leis nos 7.713, de 22 de dezembro de 1988; 8.212, de 24 de julho de 1991; e 10.887, de 18 de junho de 2004; para isentar do Imposto sobre a Renda e excluir da base de cálculo da contribuição social dos trabalhadores e da contribuição social do servidor público federal os valores

recebidos a título de décimo terceiro salário e adicional de férias; revoga dispositivos das Leis nos 7.713, de 1988; 7.787, de 30 de junho de 1989; 8.134, de 27 de dezembro de 1990; e 8.212, de 1991.

Autor: Senador Telmário Mota

Data: 10/05/2017

[RQE 24/2017](#) - Nos termos do inciso I, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública para debater sobre impacto para o Trabalhador do PLC 38 de 2017 que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho”. Para tanto, proponho sejam convidados: - Márcio Pochmann, professor da Unicamp e presidente da Fundação Perseu Abramo; - Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); - Representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)

Autor: Senadora Vanessa Grazziotin

Data: 09/05/2017

[RDH 46/2017](#) - Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater a “ Reforma Trabalhista”. Convidados para audiência pública: • Central Única dos Trabalhadores - CUT; Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC; União Geral dos Trabalhadores – UGT; Força Sindical; Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST; Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; • Intersindical; Central Sindical e Popular – Conlutas; Confederação de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – Anamatra; Ministério Público do Trabalho – MPT; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; • Sindicato Nacional do Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Organização Internacional do Trabalho – OIT; Confederação Nacional da Indústria – CNI; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp; Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST.

Autor: Senador Paulo Paim

Data: 11/05/2017

Reuniões da Semana

Dia 09/05/2017

09h – Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social

Local: Plenário 14 - Câmara dos Deputados.

10h30 – Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora

Local: Plenário 14 - Câmara dos Deputados.

As duas reuniões das Frentes foram realizadas conjuntamente devido à restrição do acesso à Casa nessa semana.

13h30 – O Procurador Geral da República convida para reunião de discussão do PL 6442/2016 e seu impacto na precarização das relações de trabalho no meio rural.

Local: Sala Master – 2º andar da PGT / SAUN – QD. 05 – LT. C – Torre A.

Resultado: reunião realizada.